

FACULDADES INTEGRADAS DE CIÊNCIAS HUMANAS, SAÚDE E EDUCAÇÃO DE  
GUARULHOS

PAULO CÉZAR GONÇALVES DOMINGUES

O TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO NA PRÁTICA LABORAL DA  
POLÍCIA MILITAR

GUARULHOS

2021

PAULO CÉZAR GONÇALVES DOMINGUES

O TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO NA PRÁTICA LABORAL DA  
POLÍCIA MILITAR

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos, sob orientação da professora Luciana Almeida.

GUARULHOS

2021

PAULO CÉZAR GONÇALVES DOMINGUES

O TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO NA PRÁTICA LABORAL DA  
POLÍCIA MILITAR

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos, sob orientação da profª Ma. Luciana Almeida.

---

PROFª Ma. LUCIANA ALMEIDA

FACULDADES INTEGRADAS DE CIÊNCIAS, SAÚDE E  
EDUCAÇÃO DE GUARULHOS

---

PROFª Ma. MAGNA BARBOZA  
DAMASCENO

FACULDADES INTEGRADAS DE CIÊNCIAS, SAÚDE E  
EDUCAÇÃO DE GUARULHOS

---

PROFª Ma. ROSÂNGELA CARREIRA  
ORTEGOSSA

FACULDADES INTEGRADAS DE CIÊNCIAS, SAÚDE E  
EDUCAÇÃO DE GUARULHOS

GUARULHOS

1 DE DEZEMBRO DE 2021

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo fazer um levantamento, utilizando materiais teóricos e científicos, acerca da incidência do Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) na prática trabalhista dos policiais militares. Analisar todos os fatores que englobam a profissão: a cultura dentro da corporação, as competências profissionais desses trabalhadores, as condições de trabalho, como o serviço afeta a vida pessoal e familiar do sujeito e até a forma como a sociedade enxerga esse trabalhador. Tudo isso com o intuito de entendermos como esses pontos podem, ou não, contribuir para que esses agentes de segurança pública desenvolvam psicopatologias, mais especificamente o TEPT.

**Palavras-chave:** polícia militar; TEPT; estresse; trabalho.

## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>2. OBJETIVOS</b> .....	<b>6</b>
<b>2.1. OBJETIVOS GERAIS</b> .....	<b>6</b>
<b>2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b> .....	<b>7</b>
<b>3. REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>7</b>
<b>3.1. O TEPT (TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO)</b> .....	<b>7</b>
<b>3.1.2. O TEPT NO TRABALHO</b> .....	<b>9</b>
<b>3.2. O TRABALHO POLICIAL MILITAR</b> .....	<b>11</b>
<b>3.2.1. A ETIMOLOGIA</b> .....	<b>12</b>
<b>3.2.2. O INGRESSO NA CORPORAÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>3.2.3. A IDENTIDADE DO POLICIAL MILITAR</b> .....	<b>14</b>
<b>3.2.4 AS ADVERSIDADES DA PROFISSÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>3.3. A POLÍCIA MILITAR E A SOCIEDADE</b> .....	<b>18</b>
<b>3.4. A SAÚDE MENTAL DO POLICIAL MILITAR</b> .....	<b>21</b>
<b>3.4.1. O ABSENTEÍSMO NA PM</b> .....	<b>21</b>
<b>3.4.2. O ACOLHIMENTO</b> .....	<b>22</b>
<b>3.5. O TEPT EM POLICIAIS MILITARES</b> .....	<b>23</b>
<b>3.5.1 O DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>24</b>
<b>3.5.2. O TRATAMENTO</b> .....	<b>25</b>
<b>4. MÉTODO</b> .....	<b>26</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>27</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>28</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

A Polícia Militar exerce um papel importante dentro da sociedade, atuando como asseguradora da ordem e da segurança pública. No entanto, para garantir esse controle, seus agentes são constantemente expostos a vivências e situações de extrema violência e a um ambiente hostil. Os policiais militares estão na linha de frente, por exemplo, em tiroteios, homicídios, estupros, tráfico de drogas, e outras ameaças à comunidade. Além das práticas laborais específicas do agente de segurança pública, esse ainda tem que lidar com outros fatores que transcendem o ambiente profissional, como pressões e julgamentos da imprensa, estereótipos negativos e generalizados disseminados pela sociedade acerca da profissão, e a característica da profissão onde a farda se sobrepõe ao indivíduo, onde o policial é policial o tempo todo. Dessa forma, é perceptível que o estresse é recorrente dentro da profissão, fazendo com que esses indivíduos fiquem suscetíveis, devido ao sofrimento mental, ao desenvolvimento de psicopatologias. Dentre as doenças mentais que podem afligir o PM, está o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), que se caracteriza por surgir após o indivíduo entrar em contato com um evento traumático, de forma episódica ou contínua. Os sintomas são variados e afetam cada pessoa de uma forma diferente, causando sofrimento psíquico já que, geralmente, remetem o indivíduo ao trauma, fazendo-o reviver o acontecimento traumático.

Portanto, ao analisarmos a importância social da profissão com a probabilidade de o policial desenvolver o TEPT, nos vêm a necessidade de compreender melhor o Transtorno e as relações interpessoais da PM, já que, após o desenvolvimento do TEPT, a pessoa apresenta sintomas de estresse agudo, logo, incapacitando o indivíduo de desenvolver suas atividades, inclusive o trabalho.

O TEPT se desenvolve de acordo com a particularidade de cada indivíduo, já que, se duas pessoas forem expostas a mesma situação, uma pode desenvolver o Transtorno e a outra não. O conhecimento sobre o Transtorno, seu desenvolvimento, tratamento, ainda é raso, isso dificulta a criação de ações de prevenção. Então, faz-se necessária um aprofundamento sobre o tema, para que seja ofertado todo o suporte para o policial poder exercer sua função.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. OBJETIVOS GERAIS**

Identificar e elucidar os fatores presentes no exercício laboral de policiais militares que podem levar ao desenvolvimento do TEPT.

## 2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. analisar a cultura e costumes institucionais da polícia militar;
2. identificar as situações cotidianas mais propensas à incidência do TEPT;
3. levantar métodos de tratamento.

## 3. REVISÃO DE LITERATURA

### 3.1. O TEPT (TRANSTORNO DE ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO)

De acordo com o DSM-5 (*American Psychiatry Association*, 2013), o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) se dá como resultante de um evento que tenha incidido lesões graves, acidentes ou qualquer forma de violência vivenciadas de forma direta ou indireta pelo indivíduo. Ou ainda, como consequência de situações ou ambientes que tenham causado estresse contínuo. Entretanto, o estresse cotidiano, apenas, não pode ser colocado como a causa principal do Transtorno, porém, em todos os casos clínicos confirmados, o estresse aparece de forma aguda, como um fator determinante para o desencadeamento do Transtorno. Vale ressaltar que cada pessoa absorve o estresse causado por um evento ou situação de forma diferente. Assim, não sendo possível definir uma única forma de desenvolvimento do TEPT, ainda que se perceba que seu desenvolvimento depende do ambiente psicossocial e o organismo do sujeito.

No entanto, a relação de causalidade entre a ocupação profissional e o desenvolvimento do quadro de TEPT no sujeito não é algo recente. Sigmund Freud (1996) já reconhecia um distúrbio vivido por indivíduos que presenciaram situações de extrema pressão e ameaça, num ambiente de guerra e combate. “As neuroses de guerra são apenas neuroses traumáticas, que, como sabemos, ocorrem em tempos de paz também, após experiências assustadoras ou graves acidentes (...)” (FREUD, 1996, p. 226). Freud percebeu o receio e a relutância desses soldados em retornar ao combate, associando essas medidas adotadas como uma forma de defesa:

*Foi fácil, portanto, inferir que a causa imediata de todas as neuroses de guerra era uma inclinação inconsciente, no soldado, para afastar-se das exigências perigosas ou ultrajantes para os seus sentimentos, feitas sobre ele pelo serviço ativo. Medo de perder a própria vida, oposição à ordem de matar outras pessoas, rebeldia contra a supressão implacável da própria personalidade pelos seus superiores – eram estas as mais importantes fontes afetivas das quais se nutria a tendência para escapar da guerra. (1996, p. 227).*

Porém, o psicanalista percebeu que nem todos os combatentes voltavam apresentando a sintomatologia do Transtorno, “apontando para as vulnerabilidades pessoais que também participam da gênese desse tipo de transtorno” (DORIGO e LIMA, 2007, p. 66).

O Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde (2001, p. 181) define o TEPT como “O estado de estresse pós-traumático caracteriza-se como uma resposta tardia e/ou protraída a um evento ou situação estressante (de curta ou longa duração) de natureza excepcionalmente ameaçadora ou catastrófica”, e reconhece que o ambiente e a natureza de suas ações no trabalho podem acarretar o desenvolvimento do Transtorno.

Segundo a plataforma global de informações médicas, Manuais SD, cerca de 4% da população mundial adulta sofre com o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). O manual da CID-10 (Organização Mundial da Saúde, 1993), constata que existem situações mais propensas a serem traumáticas para a maioria das pessoas, que, uma vez expostas a elas, terão grandes chances de desenvolverem um quadro de TEPT. Além dessas situações, Kapczinski e Margis apontam para outros fatores que podem estar presentes na caracterização do Transtorno, tais como

*(...)diferentes aspectos [que] estão envolvidos na sintomatologia do TEPT, tais como a natureza do evento traumático, o número de exposições, a vulnerabilidade do indivíduo, a reação desse frente ao estressor, a rede de apoio após o evento, entre outros. (2003, p. 5).*

Ainda de acordo com o DSM-5, o TEPT, classificado com o código F43.1, se enquadra no grupo F43 “reação a estresse grave e transtornos de ajustamento”. Segundo Lima, Assunção e Barreto (2015, p. 279) “Os 20 sintomas típicos descritos no DSM-5 (...) são classificados de acordo com quatro dimensões: revivescência, esquiva, alterações negativas na cognição/humor e excitabilidade aumentada.”. Dentre os critérios clínicos, segundo o DSM-5, para o diagnóstico do Transtorno de Estresse Pós-Traumático estão:

- Exposição a episódio concreto ou ameaça de morte, lesão grave ou violência sexual;
- Presença de sintomas intrusivos associados ao evento traumático (sonhos, lembranças, flashbacks involuntários, sofrimento psicológico intenso e prolongado;
- Evitação persistente de estímulos associados ao evento traumático;
- Alterações negativas em cognições (incapacidade de recordar de algum aspecto importante do ocorrido, percepção distorcida acerca da participação de si mesmo no evento, tendência a se culpar) e no humor (sentimento de medo, pavor, raiva, culpa; alienação e distanciamento de relações interpessoais) após o evento;
- Alterações marcantes na excitação e na reatividade associadas ao acontecimento traumático (comportamento irritadiço, surtos de raiva; comportamento autodestrutivo; hiper vigilância; dificuldade de concentração; problemas com sono).



Ressaltando que o DSM-5 ainda alerta que os sintomas devem apresentar-se apenas após o evento traumático e persistirem por, no mínimo, trinta dias, e as consequências geradas pelo Transtorno devem ter implicações sociais em áreas de importância na vida do indivíduo, como sua ocupação profissional que, segundo o Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde, publicado em 2001 pelo Ministério da Saúde do Brasil “O risco de desenvolvimento do transtorno de estresse pós-traumático relacionado ao trabalho parece estar relacionado a trabalhos perigosos(...)”. Vale a ressalva de que qualquer sintoma apresentado, não deve ser decorrente do uso de substâncias ilícitas, como álcool, drogas, alucinógenos etc.

Em relação a uma possível predisposição biológica ao desenvolvimento do transtorno observa-se que traços de personalidade relacionados aos transtornos de esquizofrenia, borderline e narcisismo parecem estar associados de forma mais proeminente com o desenvolvimento dos sintomas do TEPT. Foram feitos estudos que indicam que pessoas com transtornos patológicos de personalidade possuem recursos limitados para a o enfrentamento de situações potencialmente traumática, de forma que esses indivíduos ficam mais suscetíveis ao desenvolvimento do Transtorno (REIS e CARVALHO, 2016). E há trabalhos da literatura que afirmam que essas predisposições podem ser passadas de progenitores para seus filhos:

*(...)existe um fenômeno de transmissão intergeracional de comportamentos de risco dos progenitores para os filhos realçando a importância da intervenção com as vítimas primárias de um trauma devido não só ao risco de envolvimento em comportamentos que prejudicam a saúde, mas também devido ao seu poder como modelo parental na transmissão dos comportamentos de risco. (PEDRAS e PEREIRA, 2013, p. 139).*

Então, como vimos, os quadros de causas, tipos e sintomatologia do Transtorno, variam de acordo com o indivíduo afetado pelo evento traumático, “apontado para as vulnerabilidades pessoais que também participam da gênese desse tipo de transtorno”. (DORIGO e LIMA, 2007, p. 66). O surgimento do Transtorno ocorre, não necessariamente, imediatamente após o acontecimento traumático, sendo que os sintomas costumam surgir de poucas semanas até seis meses (Ministério da Saúde do Brasil, 2001).

### **3.1.2. O TEPT NO TRABALHO**

O trabalho ocupa um lugar de grande importância na vida do indivíduo, segundo Oliveira e Faiman:

*Além de garantir a subsistência, proporciona inserção social, desenvolvimento pessoal e possibilita que o indivíduo pratique ações úteis, construtivas e significativas para a coletividade em que se insere. É também um importante elemento organizador na vida pessoal e participa na composição da identidade. (2019, p. 608).*

Devido ao envolvimento necessário para a realização do trabalho, sua internalização nunca é neutra para a pessoa. Suas consequências podem ser positivas para a manutenção do equilíbrio mental, mas também negativos, podendo ameaçar diretamente a saúde do trabalhador (DEJOURS, 2015).

Para podermos discutir melhor as questões acerca do TEPT no ambiente de trabalho, temos que, antes, esclarecer o papel do estresse nesse contexto. Uma definição de estresse muito utilizada no cenário internacional e brasileiro é o de que “o estresse é uma reação do organismo com componentes psicológicos, físicos, mentais e hormonais, que ocorre quando surge a necessidade de uma adaptação grande a um evento ou situação importante.” (LIPP e MALAGRIS, 2001, p. 279).

A culminação de um quadro patológico gerado pelo estresse depende essencialmente da não adaptação do sujeito em situações com elementos estressores (LIPP, 2000). Para Oliveira e Bardagi (2010, apud LIPP E MALAGRIS, 2001, p. 483) “o estresse ocupacional pode gerar impacto para o próprio trabalho do indivíduo e para todas as outras áreas da sua vida, na medida em que há uma inter-relação entre todas elas”.

Trazendo o estresse para o ambiente de trabalho, pode-se afirmar que profissões como, policial militar, bancários e empresários têm uma exposição maior a potenciais eventos estressores.

Porém, vale citar que o estresse pode ser um fator positivo para o desempenho do trabalho, como afirmam Couto, Vandenberghe e Brito: “o estresse moderado e pontual pode alimentar a motivação e a criatividade.” (2012, p. 49).

Sob a ótica de gênero, constata-se que as mulheres apresentam maior nível de estresse em relação aos homens (OLIVEIRA e BARDAGI, 2010), fato esse que pode ser justificado devido aos fatores sociais que, geralmente, acompanham e o sexo feminino, como por exemplo: obrigações domésticas; e características fisiológicas e psicológicas específicas da mulher.

Além de que aquelas profissões que têm em sua atribuição a responsabilidade para com vidas humanas ou atuam em locais com riscos de acidentes, possuem muitos possíveis eventos estressores em seu cotidiano e, com uma alta carga de estresse nessas condições, pode surgir um quadro de TEPT (CID-10 F43.1). Para Costa *et al* não é uma surpresa que esse cenário de estresse esteja presente em profissões com esses contextos “(...) tendo em vista o contexto de

atuação desses profissionais, que trabalham em um país com problemas sociais graves.” (2007, p. 221)

As afirmações de que situações as quais o trabalhador é submetido em seu ambiente de trabalho e sua causalidade com um possível desenvolvimento de um quadro de TEPT é um consenso na área da saúde mental do trabalhador, e pesquisadores, independentemente de sua área teórica, reconhecem a existência dessa relação (DORIGO e LIMA, 2007). O Ministério da Saúde, em 2001, reconhece o trabalho como uma das dimensões determinantes da saúde, física e mental, da pessoa, além de definir o trabalhador como “(...) todos os homens e mulheres que exercem atividades para sustento próprio e/ou de seus dependentes, qualquer que seja sua forma de inserção no mercado de trabalho, nos setores formais ou informais da economia.” (p. 17).

Christophe Dejours propôs a psicodinâmica do trabalho que “é um campo teórico e de ação voltado às articulações entre atividade de trabalho e o funcionamento psíquico/emocional de quem o realiza” (Oliveira e Faiman, 2019, p. 609). A psicodinâmica do trabalho parte do princípio de que, por mais inadequadas e hostis que as condições de trabalho se apresentem, a maioria das pessoas conseguem se manter dentro de uma normalidade. Então, seu objeto de estudo passa a ser compreendido em como se dá o estado do e adaptação do aparelho psíquico do indivíduo, que o permite continuar trabalhando apesar de todas as situações adversas (DEJOURS, 2014).

O Ministério da Saúde estima que de 1% a 3% da população brasileira sofra com o TEPT, sendo que profissões consideradas grupo de risco (profissões que envolvem responsabilidade por vidas humanas; locais com riscos de acidentes) as taxas vão de 5% a 75%. De acordo com o CID-10 a relação do desenvolvimento do TEPT com o trabalho está associada a “fatores que influenciam o estado de saúde como: riscos à saúde em circunstâncias socioeconômicas e psicossociais (seção Z55-Z65); fatores suplementares relacionados com causas de morbidade e mortalidade (seção Y90-Y98); dificuldades físicas e mentais relacionadas ao trabalho (seção Z56.6) e circunstâncias relativas às condições de trabalho (seção Y96).

### **3.2. O TRABALHO POLICIAL MILITAR**

A Polícia Militar se apresenta como “legítima representante do Estado no que diz respeito à manutenção da ordem jurídica e pública com função de garantir tranquilidade e a proteção da sociedade” (Estado de São Paulo, 2011). De acordo com a página da Polícia Militar de São Paulo, a PM tem como sua missão: proteger as pessoas; fazer cumprir a lei; combater o

crime; preservar a ordem pública. Enquanto a PMMG (Polícia Militar de Minas Gerais) tem como suas atribuições:

*(...) a polícia ostensiva de prevenção criminal, de segurança, de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais e as atividades relacionadas com a preservação e a restauração da ordem pública, além da garantia do poder de polícia dos Órgãos e entidades públicos, especialmente das áreas fazendárias, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e de patrimônio cultural. (Polícia Militar de Minas Gerais).*

Percebe-se, então, que independentemente da região, a polícia militar exerce funções semelhantes em seus respectivos estados.

A PM carrega consigo um estigma majoritariamente negativo por parte da sociedade (Rosa *et al*, 1979) e, em decorrência disso, muitas vezes são negados a seus agentes direitos a sentimentos subjetivos básicos da pessoa, e até mesmo uma exclusão da sociedade como indivíduos, como afirmam Freitas, Peres e Filho “Neste cenário encontramos vários processos de desvalorização e de conflito que podem culminar em formas de desumanização do policial militar, com práticas excludentes de profissional da área da segurança pública.” (2015, p. 53).

### **3.2.1. A ETIMOLOGIA**

A criação de um setor estadual com enfoque de atuação a área da segurança pública se deu pela necessidade do Estado da manutenção da ordem, da democracia e da segurança pública (AZEVEDO, 2017). Como definem Menandro e Souza “a polícia é o setor da administração pública oficialmente responsável pelo exercício do controle social e pela garantia da segurança pública” (1996, p. 133).

Um grande marco para a criação da força policial militar no Brasil foi a criação da Guarda Real, em 1809, que já refletia um modelo do militarismo, e que estava a serviço do Estado e se apresentava como mantedora da ordem (AZEVEDO, 2017). “O processo democrático exige a institucionalização da violência – ainda que em tese este recurso deva ser disponibilizado apenas em último caso – a fim de que se afirme e a ordem e o “consenso da maioria.” (MOREIRA *et al*, 1999, p. 26 apud Paixão e Beato, 1997). No Brasil, o modelo da polícia militar foi influenciado também pelo período da Ditadura Militar (1964 – 1985), e a transição lenta desse modelo para a democracia fez com que houvesse quase que uma cronificação na forma de atuação e demanda desse serviço (CARDIA, 1997). Os reflexos dessas influências podem ser percebidos na institucionalização da polícia militar até hoje, com uma rígida disciplina, rigorosa hierarquia e seus rituais, como marchas, fardas, continência (MOREIRA *et al*, 1999).

A palavra “polícia” já carrega em seu significado, tanto de origem grega (*politeia*) quanto na latina (*politia*) o sentido de “governo”. O conceito e as áreas de atuação da polícia militar já passaram, historicamente, por diversas etapas, até se apresentar tal como nos dias de hoje. Segundo Santos (1997) a formação do Estado Moderno só foi possível devido a criação de uma nova forma de poder, que se utilizaria de ferramentas de diversos setores sociais, dentre essas ferramentas, estava a Polícia.

Por uma outra perspectiva, temos a visão de que os modelos policiais vigorantes ao redor do mundo foram influenciados diretamente por modelos bem-sucedidos, “(...) dentre esses, destacaram-se os modelos francês e inglês, que serviram de referencial para as polícias de todo o mundo.” (MOREIRA *et al*, 1999, p. 25). O modelo francês foi, inclusive, trazido pelo Governo do Estado de São Paulo, no ano de 1906, para uma missão de instrução das forças policiais militares, com o intuito de instituir uma modernização na instituição, a Missão Francesa perdurou por vinte anos, até seu fim (Secretaria de Segurança Pública de São Paulo).

Ainda vale citar que, esses modelos se apresentam de formas diferentes. Enquanto o a área de atuação da polícia francesa tinha “a função de manter a ordem social” (p. 25), o inglês era baseado na relação entre polícia e sociedade “como uma espécie de polícia comunitária, que buscava legitimar sua ação social” (p. 25).

### **3.2.2. O INGRESSO NA CORPORAÇÃO**

Um ponto que é sempre levantado em pesquisas com a temática da polícia militar, é sobre o ingresso dos profissionais na corporação, os motivos que os levaram a entrar na força policial. Como os estudos acerca dessa área, de uma forma geral, já são escassos, é de se imaginar que pesquisas sobre a motivação dos agentes para entrar na polícia militar, também sejam. Mas ao analisar pesquisas feitas em formatos de entrevistas com esses profissionais, encontramos breves citações sobre o tema, por meio das quais podemos notar que a entrada do trabalhador para essa área, de segurança pública, se dá por diversos motivos que, em sua maioria, são pessoais.

A respeito de uma possível predisposição para o exercício da profissão, Moreira *et al* (1999) em seu estudo a respeito da Polícia Militar, por meio de entrevistas com profissionais da área, constatou que “a dita vocação pode ser então analisada como (...) uma certa identidade policial, que surge, segundo eles, apenas com o decorrer do exercício profissional.” (p. 32), ou seja, nessa pesquisa, a amostra de profissionais entrevistados não reconheceram, em si, uma inclinação para o setor de segurança pública.

Temos ainda a análise feita por Menandro e Souza (1996) que, por meio de entrevistas qualitativas com cem policiais militares, apuraram que quase metade desses agentes (48%) declararam que seu ingresso na PM se deu pelo gosto e vocação para o militarismo, enquanto 26% dos trabalhadores colocaram o desemprego como fator determinante. Ainda que grande parte desses agentes (43%) tenham declarado ter parentes na polícia militar, os mesmos rejeitaram a hipótese de que esse contato familiar com a profissão possa ter gerado uma vocação para a área. A pesquisa de Oliveira e Faiman constatou que “a escolha profissional parece mais pautada pela oportunidade de emprego estável do que em alguma ideia de vocação.” (2019, p. 613).

Percebe-se então, por meio desses levantamentos, que a entrada para a área da força policial se dá por motivos unicamente subjetivos e de natureza social particular de cada sujeito. Uma vez dentro da corporação, o trabalhador passa por um fenômeno de criação de uma identidade policial (MOREIRA *et al*, 1999), onde ocorre um forte vínculo emocional com a profissão. Essa conexão pode ter um desfecho negativo em caso de desligamento de um policial da corporação, forçado ou voluntário (OLIVEIRA E FAIMAN, 2019), mas também pode desempenhar um papel positivo, se visto pelo lado da assiduidade e do bom desempenho do funcionário, enquanto ainda faz parte da instituição, pois pode servir como uma motivação a mais para a realização de um trabalho policial satisfatório (GUEDES, GONDIM e HIRSCHLE, 2020).

### **3.2.3. A IDENTIDADE DO POLICIAL MILITAR**

A identidade de uma pessoa é um processo que está em constante mudança. Essas alterações são determinadas de acordo com as relações interpessoais da pessoa e o ambiente no qual está inserido. Há, nesses contextos, uma aquisição de conhecimento e informações que influenciam no comportamento do sujeito. A pessoa possui suas próprias percepções e sentimentos acerca das mudanças de comportamento e a sua forma de se relacionar com o meio. (SILVA e BRANQUINHO, 2018).

*As identidades são múltiplas e diferenciadas. A identidade não é única, monotópica ou unidimensional, ao contrário, é diversa, pluritópica, multidimensional; sua construção, como todo feito social, está sujeita a razões multicausais e multifatoriais.* (NASCIMENTO, T. e NASCIMENTO, D., 2009, p. 10).

O policial militar possui uma forte identificação com a profissão e, geralmente, possui um investimento emocional do sujeito para a execução do trabalho (LOPES e LEITE, 2015; KLEGER e MACEDO, 2015). Porém, como já citado, essa conexão do policial com seu

trabalho pode se dar por uma predisposição ou vocação do trabalhador para a área de segurança pública ou ser estabelecido com o passar do tempo, conforme o policial vai se institucionalizando e criando uma identificação dentro da corporação.

Os costumes, regras e comportamentos típicos da PM transcendem a dimensão do trabalho e atingem também a vida particular do policial. Sua rigidez militar, o rigor disciplinar, a iminente exposição a situações de violência, podem causar alterações no emocional e no psíquico do trabalhador e, como consequência, afetar seu círculo social e familiar (OLIVEIRA e FAIMAN, 2019).

O estudo feito por Moreira *et al* (1999) será citado novamente, porque evidencia muitos pontos interessantes a respeito da visão que o policial militar tem de si mesmo. Já que a pesquisa foi feita por meio de entrevistas com esses profissionais, pode-se notar fatores interessantes levantados por eles, por meio de suas verbalizações.

Um dos pontos constatados foi o da cobrança que o policial tem para consigo mesmo. Isso vem desde a formação marcada pela rigidez disciplinar, que de acordo com Oliveira e Faiman (2019, p. 609) “podem influenciar o modo de ser e de se relacionar desses profissionais”, e até mesmo as expectativas que a sociedade tem sobre o policial. Para Silva e Branquinho (2018, p. 126) “(...) tais exigências fazem com que o sujeito se observe e faça autoavaliação a maior parte do tempo para que caso necessário, remodele seu comportamento.”. A respeito dessa expectativa, “sustenta-se (...) um estereótipo positivo dos policiais, que os identifica a Robocops, máquinas que trabalham incessantemente em prol da segurança pública” (idem, p. 36). Essa forte cobrança pessoal e social pode trazer grande sofrimento psíquico a esses profissionais, tendo em vista que essas cobranças são, por muitas vezes, quase super-humanas.

Ainda utilizando o levantamento feito por Moreira *et al* (1999), dois aspectos que se apresentam como componentes da identidade do PM são o “discurso de adrenalina” e a “naturalização da morte”. O discurso de adrenalina “cumprir a função de justificar e valorizar o esforço desmedido” (p.31), já a naturalização da morte traz o conceito de “o risco se torna uma rotina, matar ou morrer é algo natural” (p. 31). Considerando tudo isso, pode-se dizer que essas defesas garantem a execução de um trabalho de tão alto risco, naturalizando a relação desses trabalhadores com situações de contradição e paralisantes.

Os agentes de segurança pública estão constantemente em estado de alerta, além de estarem isolados de outros setores sociais e comunitários, consequentes de sua postura de vigília

em relação ao perigo iminente. Isso gera uma postura de defesa automática e recorrente, que resulta na criação da ansiedade e do sentimento de medo, isso traz um desgaste físico e mental, permanente, afetando negativamente a qualidade de vida do sujeito, trazendo-o complicações patológicas. (QUIRINO *et al*, 2019).

Entende-se que a profissão PM possui uma chance maior de desenvolver problemas de saúde, mentais e físicos, devido à sua atividade de âmbito voltado para a preservação e manutenção da ordem pública (ABREU *et al*, 2018).

### 3.2.4 AS ADVERSIDADES DA PROFISSÃO

Dentre as possíveis implicações negativas presentes na prática laboral da polícia militar, que podem acarretar o desenvolvimento de psicopatologias, se encontram diversos fatores, tais como, salário, carga horária, equipamentos em situações precárias e hierarquia abusiva. Foram feitos estudos a respeito do tema que afirma que muitos fatores contribuem para que o trabalho do policial militar seja considerado um trabalho muito controverso, complexo e que compromete intimamente a saúde dos trabalhadores, como afirma Azevedo:

*(...)o profissional de segurança pública desempenha seu papel num ambiente tenso e violento, em que sobrecarga emocional tem, entre outros efeitos, comportamentos inadequados e de desajustamentos sociais tanto no contexto profissional como no social. (2017, p. 556)*

O estudo feito por Moreira *et al*. (1999) buscou, por meio de entrevistas individuais e grupais com policiais militares do estado do Espírito Santo, “(...) detectar os efeitos dessas contradições na saúde do policial e aprender como estes enfrentam as transformações que vêm sendo empreendidas na polícia (...)” (p. 27).

O primeiro ponto de reclamação desses trabalhadores a respeito da baixa remuneração, essa complicação afeta diversas áreas na vida do policial, tendo em vista que, de acordo com relatos, esses têm que sacrificar grande parte de seu tempo atuando em trabalhos paralelos (segurança de festas, boates etc.) com o intuito de complementar os ganhos mensais “(...) o que vai de encontro à grande necessidade de aumento de renda salarial” (p. 29). Ao fazer isso, esses indivíduos também deixam de aproveitar o tempo que teriam livre para suas próprias atividades pessoais, sociais, de estudo e de lazer.

Outro ponto destacado nesse estudo foi o da carga horária dos funcionários, que muitas vezes cobrem turnos de doze horas em horários intercalados e imprevisíveis, “essa escala de turnos variados causa diversos problemas, entre eles, a constante variação do ritmo biológico do trabalhador.” (p. 28). “O alto contingente de carga horária (...) sugere que o número de



policiais ainda é reduzido, ou seja, insuficiente para atender a demandas” (Costa *et al.*, 2007, p. 220).

Ocorre ainda o fato de o policial, mesmo fora do horário de trabalho, se prontifique em uma situação de urgência, como um assalto ao ônibus em que esteja, por exemplo. Isso reforça a ideia de que o policial é policial o tempo todo, não apenas quando está vestindo a farda, “(...) onde quer que esteja e em qualquer condição, o policial estará sendo pressionado por uma norma jurídica e institucional que o induz a incorporar a instituição Polícia Militar o tempo todo.” (p. 29), ou seja, podemos dizer que a “farda se sobrepõe ao indivíduo.” (AZEVEDO, 2017, p. 562).

Por fim, outro fator citado no estudo foi o da hierarquia dentro da Polícia Militar. Por mais que os policiais a tenham identificado como necessária, também a viam como de “caráter abusivo, arbitrário e humilhante por meio do qual a superioridade hierárquica é exercida pelos oficiais.” (p. 32).

Rangé (2001) enquadra como eventos estressores, no âmbito de trabalho, uma chefia autoritária e pouco flexível, condições físicas inadequadas para a execução do trabalho, colegas de trabalho pouco colaborativos, carga horária excessiva, entre outros. Ou seja, quase todos os fatores que são alvo de reclamações dos policiais. Se somarmos esse ambiente a outro ponto levantado pelos trabalhadores, a dificuldade na evolução da carreira do policial, temos um visível descontentamento desses servidores, já que estariam fadados a permanecer em situação de inércia na carreira. E podemos usar, para reforçar esse cenário, a pesquisa feita por Almeida *et al.* (2016) onde foram encontrados os mesmos pontos de descontentamento em policiais militares do Rio Grande do Sul “(...) insatisfação em relação ao salário e às promoções na carreira, gerando os profissionais o sentimento de desvalorização.” (p. 605).

Podemos citar também a violência vivenciada pelos policiais em sua profissão, visto que, entre todas as categorias policiais (civil, militar, federal, guarda municipal), a militar é a que mais sofre agressões, diretas e indiretas, e altas taxas de mortalidade (OLIVEIRA E FAIMAN, 2019). Podemos exemplificar isso citando o ano de 2012 que, segundo o jornal O Estado de São Paulo, 106 policiais militares foram mortos no estado, sendo que a maioria dessas mortes ocorreram quando os agentes estavam de folga.

Para ilustrar esse cenário, podemos utilizar o poema regido pelo 3º SGT. PMESP REF. Fernando Alves de Moraes (2020):

### **Não consigo respirar**

*Eu, policial militar, não consigo respirar.*

*O colete me sufoca*

*O coturno cozinha os meus pés.*

*Se você acha que está calor, na viatura não tem ar.*

*Eu, não consigo respirar.*

*O rádio não cala*

*É briga de casal*

*Acidente de trânsito*

*Roubo, sequestro e tráfico.*

*O 190 chama sem parar*

*O copom tem que despachar*

*Eu, não consigo respirar.*

*Estou aqui no bairro nobre*

*O playboy me acusa de ser pobre*

*Na calçada cara diz pra eu não pisar.*

*Quem me chamou até outrora, está se sentindo ameaçado,*

*Já não quer mais reclamar.*

*Eu, não consigo respirar.*

*O moto boy está na calçada, placa adulterada*

*A mais de um ano sem CNH.*

*As leis não quer aceitar*

*Quer me agredir e reagir*

*A mídia mostra só um lado da reportagem, fala em agressão covarde.*

*Eu, não consigo respirar.*

*Estou aqui na audiência de custódia*

*Os marginais reclamam e choram*

*São todos liberados, até me sinto culpado.*

*Parece que está tudo errado, valores estão trocados*

*O policial quase preso, os bandidos liberados.*

*Eu, não consigo respirar.*

*Hoje é minha folga, estou aqui no fórum*

*Vejo vossa excelência com toda educação e elegância ao bandido de senhor chamar.*

*Quando chega minha vez da verdade ali falar,*

*Logo já me é falado que preso e processado dali poderei ser levado, se não ficar provado que o ato foi legal.*

*A prisão do marginal, tenho que de novo provar.*

*Eu, não consigo respirar.*

*Porque no precatório já ganhado*

*O governo ajoelhado, insiste em não pagar.*

*Sem recursos, o consignado me sufoca*

*O aumento de 5% me revolta.*

*Eu, policial militar, não consigo respirar.*

*Todas as vidas são importantes,*

*E também a vida cinza bandeirante.*

### **3.3. A POLÍCIA MILITAR E A SOCIEDADE**

Como vimos, então, a criação da polícia militar se deu no contexto da Ditadura Militar. Suas atribuições estão, por mais que os policiais desconheçam, fortemente ligadas, muitas vezes, ao interesse de uma pequena parcela da sociedade, como os ricos e o setor judiciário (MOREIRA *et al*, 1999). Isso somado ao fato de, muitas vezes, as relações desses profissionais com os cidadãos se dá por meio de uma interação social hostil e violenta, faz com que se crie um distanciamento entre essas duas dimensões.

Embasado num levantamento teórico, é possível averiguar alguns pontos dessa relação coberta de controvérsias, e fazer o levantamento de alguns fatores que a englobam.

Há, na sociedade, uma visão majoritariamente negativa acerca do trabalho da PM, e isso se dá devido a etimologia da profissão. “(...) há socialmente um estereótipo negativo quanto ao policial e a instituição polícia militar.” (MOREIRA *et al*, 1999, p. 36).

Como foi dito anteriormente, a criação da Polícia Militar teve o intuito de manter uma ordem pública, executar ações em prol do Estado e de uma classe dominante (ainda que

minoritária), e a associação da palavra “Militar” ter seu significado atrelado a “aquilo que diz respeito à tropa ou à guerra” (FREITAS, PERES e FILHO, 2015, p. 52). A soma de todos esses fatores de origem da PM, com os números divulgados nos dias de hoje a respeito do trabalho policial (como dados de ações executadas pela PM contendo evidências de violência policial) apenas corroboram a sensação de que a execução do trabalho da Polícia Militar tem suas ações voltadas contra a sociedade e é vista como algo a se temer.

Ou seja, essa polícia que atua como asseguradora da tranquilidade e proteção da sociedade, é também responsável por ações de cunho violento e de violações dos direitos humanos (AZEVEDO, 2017).

Segundo um levantamento feito no banco de dados do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP) (2013), nos primeiros três meses de 2010 foram registrados 86 casos de violência policial, totalizando 129 vítimas, dessas 68 fatais.

Trazendo para um contexto mais recente, um levantamento feito pelo OUL em 2021, trazendo números do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2020 intervenções policiais terminaram com 6.416 vítimas fatais em todo o país. Essa pesquisa ainda mostra que os casos de violência policial vêm crescendo exponencialmente com o passar dos anos, apresentando, no período entre 2013 e 2020, um aumento de mais de 290%.

De acordo com o Anuário de Segurança Pública, nunca as forças policiais mataram tanto quanto em 2020. O que chama atenção nessa estatística é que o aumento do número de casos desse tipo se deu num cenário de pandemia global decorrente do COVID-19, onde a movimentação da população é restrita e em menor intensidade.

Já pelo lado do policial militar, percebe-se que o estigma deixado pela antecedência da profissão afeta diretamente o trabalho contemporâneo da PM. É perceptível nos resultados do estudo feito por Menandro e Souza (1996), por meio de entrevistas com policiais militares, que quase a totalidade dos profissionais reconhecem a importância social da profissão, porém apenas uma pequena parcela admite que a sociedade reconhece essa importância.

Ainda de acordo com essa pesquisa, apenas 25% dos entrevistados indicaram que a população vê o trabalho policial como sendo bem-feito. Essa pesquisa ainda constatou, baseado no relato dos entrevistados, que um dos principais motivos para que essa impressão de ineficiência e repressão da PM, se dá devido à interferência da mídia. Esse sentimento de descontentamento, em relação à imprensa, transparece em falas como: “somos alvo fácil da

imprensa.” e “se fizermos mil coisas boas não iremos aparecer, mas se fizermos a primeira besteira, está no jornal no outro dia.” (p. 36).

Para reafirmar esse cenário, Oliveira e Faiman (2019, p. 608) ainda afirmam que a Polícia Militar “trata-se de uma profissão que tem visibilidade na sociedade e é constantemente julgada por ela, já que a polícia tem o dever de proteger o cidadão e trabalha nas ruas, em contato direto com a população”. A relação sociedade-polícia, na contemporaneidade, gera nos profissionais de segurança pública uma sensação de desvalorização e conflito, e as ações de julgamento e desaprovação por parte da população acabam resultando em uma forma de exclusão e desumanização do policial militar, que acabam não sendo enxergados como indivíduos e, conseqüentemente, lhes são negados sentir fome, frio, medo, ter sentimentos, que são condições naturais do ser humano.

*As formas de desumanização propostas podem, em maior ou menor grau, ser utilizadas para promover a exclusão social. Uma vez desumanizadas, as vítimas em potencial já não são consideradas como pessoas com sentimentos, esperanças e preocupações, e sim como objetos subumanos, ‘selvagens’, ‘animais’.* (SANTOS e LIMA, 2012, p. 86).

Segundo Amador (2000) esse aspecto de não reconhecimento da sociedade acaba por gerar sentimentos de inutilidade, frustração e improdutividade nos profissionais. Esse clima de pressão no ambiente de trabalho, e onde não é dado o devido valor pelos seus esforços, contribui para que os policiais militares acabem desenvolvendo complicações em sua saúde mental que, se perdurarem por algum tempo, podem evoluir para sintomas psicossomáticos (ABREU *et al*, 2018).

Percebe-se então que os dois lados dessa relação enxergam esse cenário de forma diferente. A controvérsia e a bivalência são fatores constantes nessa interação. A começar pelo fato de que o policial militar vive a profissão 24 horas por dia, não apenas quando usa uniforme (MOREIRA *et al*, 1999), ou seja, mesmo fazendo-se prevalecer um julgamento negativo a respeito da profissão, é a ela que a sociedade recorre quando surge algum problema de âmbito relacional onde há divergência ou conflito, mesmo quando esses profissionais estão, sabidamente, fora do horário de trabalho.

Isto é, nas palavras de Azevedo (2019, p. 561) “apesar dos indícios fatuais de hostilidade entre ‘civis’ e ‘militares’, parece existir no imaginário popular uma apropriação automática de que, diante de um problema ‘chamem a polícia’.” (apud SILVA, 2009). Ou ainda de acordo com Rifiotis (1999, p. 38) “ao mesmo tempo em que se identifica uma rejeição genérica da polícia, encontra-se uma demanda de direitos civis que exigem a ação policial eficaz.”.

Essa é mais uma evidência de que a relação entre a PM e a sociedade, de forma geral, é muito complexa e demanda maior esforço para a produção de material teórico, no cenário nacional, acerca do tema, para um entendimento no mínimo, se não assertivo, mais claro desse fenômeno.

### **3.4. A SAÚDE MENTAL DO POLICIAL MILITAR**

O policial militar deve lidar com situações extremas, tanto físicas quanto mentais, em sua prática laboral, situações ambivalentes de contradição social, e ainda leva suas atribuições profissionais para sua vida pessoal. Somando tudo isso, temos um trabalhador que está exposto a muitos fatores estressantes e traumáticos, logo suscetível ao desenvolvimento de diversas patologias psíquicas. Como afirmam Oliveira e Santos: “o policial lida com riscos reais e imaginários, na profissão. Assim, o sofrimento e o estresse apresentam agravamentos (...) podem desencadear respostas de alerta e até mesmo levá-lo à morte.” (2010, p. 229).

#### **3.4.1. O ABSENTEÍSMO NA PM**

O absenteísmo se refere a falta de uma pessoa ao trabalho, seja por motivos propositais ou a fatores alheios à vontade e ao controle do trabalhador. No ambiente de trabalho, essa ausência se dá por motivos pessoais do trabalhador, questões legais ou afastamento por doença.

*O policial militar convive com pressões diárias, sendo diferenciado de outras classes de trabalhadores, pois são muito mais expostos a fatores extremos, como o risco constante de morte, a exposição direta à violência, às condições de trabalho insalubres dado ao contínuo manuseio de armas, além de vivenciarem problemas de remuneração e níveis elevados de estresse, onde tais condições passam a afetar a qualidade de vida, bem como a saúde deste grupo de trabalhadores. (QUIRINO et al, 2019, p. 100).*

Os dados levantados e publicados no que tange a área de atuação da PM, seus afastamentos e suas causas específicas, são poucos e não tão aprofundados. No entanto, ainda podemos usar algumas estatísticas levantadas, por estudos e pesquisas, para ilustrar esse cenário.

A pesquisa feita por Quirino *et al* (2019), por exemplo, consistiu em analisar os casos de afastamentos de policiais de um batalhão da Polícia Militar na região metropolitana de Recife-PE. Após um levantamento, verificou-se que, no período de 2009 a 2013, houve 681 casos de policiais afastados, dos quais 599 (87,96%) foram por motivo de doença. Após se aprofundarem na análise, os autores encontraram que dos 5.876 atestados médicos, 2.324 (39,55%) não possuíam a descrição da doença ou o CID-10. De acordo com os autores, uma justificativa para tal ausência é a de que “a determinação do Conselho Federal de Medicina (...)

estabelecendo que a descrição do diagnóstico ou CID-10 só deverá constar mediante autorização do paciente.” (p.102).

Já que a maioria da amostra da pesquisa foi composta por agentes do sexo masculino, podemos usar para interpretar essa decisão, de não discriminar a doença no atestado, a afirmação de Abreu, Oliveira e Feitosa (2018, p. 2636) “Considera-se a doença como um sinal de fragilidade que os homens não reconhecem como inerentes à sua própria condição biológica.”

A Associação dos Peritos Oficiais em Identificação (APOID) do Espírito Santo (ES) usou a reportagem de Elimar Cortês para denunciar esse cenário de negligência da saúde mental para com esses trabalhadores. Nela, o jornalista traz números do ano de 2009 em que, pelo menos 5.388 policiais militares do ES foram afastados por motivo de doença. A reportagem ainda constata que normalmente, na época, 1.400 policiais estão de licença médica ao mesmo tempo.

A Associação de Praças do Estado do Paraná (Apra-PR), estima que, em 2019, cerca de 23% dos afastamentos de policiais militares de suas funções, se deram por motivos psicológicos. Segundo uma declaração de uma advogada da Apra-PR ao G1, canal de notícias, há casos em que policiais são obrigados a retornarem ao exercício mesmo sob atestado médico.

A Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT) fez um levantamento sobre a Polícia Militar do Ceará, no qual foi verificado que de 2015 a 2019, 5.188 policiais militares foram afastados por motivo de tratamentos psiquiátricos. Ou seja, podemos dizer que nesse mesmo período houve uma média de 1000 afastamentos por ano de agentes militares por complicações psíquicas e mentais.

### **3.4.2. O ACOLHIMENTO**

Em 1997 foi criado o Sistema de Saúde Mental da Polícia Militar (SiSMen) que é um conjunto de programas e serviços que visam a saúde mental de policiais, prevenção do adoecimento e suicídio por meio de intervenções e acompanhamentos no campo da psicologia e da assistência social (Governo do Estado de São Paulo, 2020).

Dentre as atividades do SiSMen encontra-se o Programa de Prevenção em Manifestação Suicidas (PPMS) em que policiais são atendidos com o intuito de prevenir ou diminuir fatores que podem levar esses profissionais a cometerem o ato de suicídio. O SiSMen ainda conta, além

de atendimentos individuais e palestras, com outros programas com a intenção de melhorar resultados acerca da saúde mental de trabalhadores da área de segurança pública, como:

- Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar – PAAPM fornecido a policiais envolvidos em ocorrências de alto risco, assim como, aos profissionais que apresentam dificuldades de adaptação;
- Programa de Aconselhamento Psicológico (PrAP) direcionado aos militares que estão concluindo a formação técnico-profissional e iniciando a carreira na Instituição, favorecendo a adaptação ao serviço;
- Programa de Sensibilização para Encerramento da Carreira Policial Militar (PROSEN), busca de qualidade de vida aos policiais militares que se aproximam da condição de veteranos.

Ainda de acordo com o Governo do Estado de São Paulo, caso seja julgado apropriado, o comandante pode fazer o encaminhamento do policial militar para um acompanhamento feito pelo Centro de Atenção Psicológica Social (CAPS) ou para um Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS) da região.

Nas palavras da PM-PR, existem setores responsáveis pelo acompanhamento psicológico desses profissionais.

*No atendimento psicológico, é possível esclarecer ao policial e bombeiro militar quais são os efeitos psicofísicos do estresse e fenômeno 'burnout', seus traumas e consequências que poderão advir do envolvimento em ocorrência de alto risco, oferecendo orientação e informação, prevenindo e tratando as possíveis consequências, e, por fim, proporcionar bem-estar ao policial e bombeiro militar, para que seu desempenho não seja afetado em suas atividades, dentro e fora da organização. (Polícia Militar do Estado do Paraná, 2019)*

Por mais que, de fato, existam esses programas e serviços a disposição desses profissionais, esses não veem o acolhimento desses trabalhadores em situação de sofrimento psíquico como adequado e convidativo, o que fomenta, indiretamente, a ideia de que esses trabalhadores devem ser super-humanos e não demonstrar sinais de fraquezas e doenças. Tudo isso auxilia no surgimento de doenças mentais e, se perdurarem por muito tempo, podem até mesmo resultar em um episódio de suicídio (MIRANDA, 2016).

### **3.5. O TEPT EM POLICIAIS MILITARES**

De acordo com o Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde, do Ministério da Saúde, não há dados epidemiológicos referentes às ocupações e profissões que representam risco para eventos suficientemente ameaçadores para desencadear esse transtorno. No entanto a literatura, como já vimos, afirma que os policiais militares estão entre os trabalhadores mais

propensos a desenvolver transtornos mentais, dado a natureza hostil e estressante de sua profissão, já que os agentes de segurança pública muitas vezes estão “expostos constantemente a situações complexas, hostis e, algumas vezes, até desumanas” (SANTOS, HAUER e FURTADO, 2019, p. 16).

### **3.5.1 O DESENVOLVIMENTO**

Para nos aprofundarmos, agora, mais sobre o tema, devemos fazer uma breve recapitulação sobre o que é o TEPT e sobre todos os fatores que envolvem a profissão do policial militar, para entendermos como esses extremos se conectam.

Então temos que o TEPT surge após o encontro de uma pessoa com evento ou estressor, sendo esse episódico ou prolongado. Segundo Cunha *et al* (2019) uma teoria que pode ser usada como ponto de partida para interpretar a prevalência do TEPT em policiais militares é o conceito de diátese-estresse.

O modelo de diátese-estresse tenta unir as duas dimensões que podem levar indivíduos a desenvolver transtornos mentais, a predisposição (diátese) particular de cada sujeito e elementos sociais alheios ao controle do indivíduo. O conceito de diátese está ligado a traço, estável, porém sujeito a mudanças, já que se encontra em estado de latência, aguardando estímulo. Nem todas as pessoas expostas a eventos estressores desenvolvem o TEPT, o que nos leva a pressupor que exista um tipo de propensão, diátese, à criação do Transtorno frente à um evento traumático.

Quando esse indivíduo que possui essa maior probabilidade de desenvolver o TEPT passa por um chamado “evento estressor”, muito comuns na atividade cotidiana da profissão do policial militar, pode engatilhar o desenvolvimento do Transtorno.

Tendo em vista que nem todos os trabalhadores desenvolvem o TEPT ao passar por uma situação potencialmente traumática, Filho e Sougey (2012, p. 55) entendem o Transtorno como um “fenótipo específico associado à falha dos mecanismos de recuperação dos efeitos psicofisiológicos normais pós-trauma, resultantes, possivelmente, de uma predisposição individual”.

Além do já citado estresse constante e recorrente gerado pela profissão, consequência da natureza da profissão e da identidade policial que, muitas vezes, se sobressai sobre a identidade do indivíduo, os agentes de segurança pública estão sujeitos a eventos hostis, que colocam em risco tanto a sua integridade quanto a do próximo, como dizem Oliveira e Faiman



(2019, p. 612) “o policial está em contato direto com a morte, que ocorre, por exemplo, ao presenciar um colega levar um tiro, ou até ser morto”.

O estudo feito por Filho e Sougey (2012) analisou uma amostra de 41 policiais militares que estavam internados após incidentes como colisão de veículos, operações policiais, e outros eventos potencialmente traumáticos. Após um mês do evento, constatou-se que mais da metade, 51,2%, dos policiais da amostra foram diagnosticados com transtornos psiquiátricos, destacando o TEPT, presente em 41,5% deles, sendo importante pontuar que após um ano o quadro de TEPT ainda persistia em 14,6%. O principal fator manifestado para o desenvolvimento do Transtorno foi “a morte como iminente, ou mesmo possível, durante a vivência traumática” (p. 85).

Em contrapartida temos a pesquisa regida por Assis e Silva (2019) contou com a participação de 9 integrantes do Grupo de Operações Especiais (GOE) em Cacoal (RO). A incidência do TEPT nesses policiais mostrou-se negativa na dimensão diagnóstica, entretanto alguns pontos da sintomatologia do Transtorno, como a hiper vigilância e o estado de alerta, puderam ser encontrados na amostra. Outro sintoma encontrado foi o sentimento de afastamento e distanciamento de outras pessoas, que, para os autores, deve ser levado em consideração já que “a interação entre os membros da corporação é essencial para o desenvolvimento e execução das missões (...), há uma necessidade de todos estarem em repleta comunicação e harmonia entre si.” (p. 19).

### **3.5.2. O TRATAMENTO**

É muito importante que o tratamento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático em policiais militares, seja pautado considerando sua natureza e as atribuições da profissão. “A investigação do cotidiano de trabalho dessa profissão pode contribuir, de maneira significativa, para os estudos acerca do transtorno de estresse pós-traumático.” (MOURA, ALCHIERI e LUCENA, 2014, p, 142).

Segundo o Manual DSM, embasado em John W. Barnhill, entre as possíveis formas de intervenções clínicas para o tratamento do TEPT estão a psicoterapia e a farmacoterapia. Na psicoterapia são utilizadas técnicas da Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) como: respiração e relaxamento, ioga, meditação, além de aplicar técnicas para que ocorra uma reestruturação cognitiva e o paciente tenha uma ressignificação do evento traumático. A farmacoterapia faz uso de medicamentos antidepressivos como a mirtazapina e a venlafaxina. Para outros sintomas como a insônia e pesadelos, são receitados medicamentos antipsicóticos

como olanzapina e a quetiapina. Vale ressaltar que uma forma de tratamento não exclui a outra, ou seja, o paciente pode ser tratado de ambas as formas.

Segundo o Caderno Técnico de Tratamento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático-TEPT, publicado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 2019 a psicoterapia é a principal forma de intervenção clínica para o TEPT:

*O componente essencial do tratamento de exposição envolve repetidos confrontos com as memórias do estressor traumático (exposição de imagens). Os processos de percepção e memória estão diretamente relacionados à geração de comportamentos adaptativos e a reconstrução de memórias emocionais e traumáticas é contínua e dinâmica. Múltiplos sistemas de memória são ativados simultaneamente e podem interagir em várias ocasiões.* (Caderno Técnico de Tratamento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático- TEPT, 2019, p. 53).

Temos ainda como um ponto importante para a recuperação desses trabalhadores diagnosticados com o Transtorno, o suporte social que esses indivíduos recebem, de amigos e familiares, Filho e Sougey afirmam que o apoio, ou a falta dele, recebido do meio social pode ser um fator de risco para a manutenção do TEPT (2012).

#### **4. MÉTODO**

A organização consistiu na escolha do tipo de revisão bibliográfica narrativa. As revisões narrativas apresentam características e objetivos que diferem das revisões sistemáticas, pois são usualmente apropriadas para discutir o “estado da arte” de determinado assunto sob o ponto de vista teórico e/ou conceitual, não possuindo definição metodológica explícita sobre a coleta e interpretação da informação (CASSONI, 2013, p. 49). Ou seja, no presente trabalho, esse tipo de pesquisa se propôs a aquisição e atualização de conhecimento sobre o processo de desenvolvimento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático na prática laboral da Polícia Militar. Como fonte dos dados serão utilizados artigos, livros e produções acadêmicas em geral que abordem o tema em questão.

Os repositórios escolhidos para o levantamento do material teórico foram as plataformas SciELO, PePSIC e BIREME.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o levantamento desse material pode-se perceber que, mesmo as atribuições profissionais da PM tendo um caráter insalubre e de alta periculosidade para seus contribuintes, existe uma falta de produções teóricas sobre a profissão e suas possíveis implicações na saúde mental do trabalhador. Ao se colocar, especificamente, o TEPT nessa perspectiva, o material teórico limita-se ainda mais, sobretudo no cenário nacional. Ainda assim, é possível fazer alguns apontamentos importantes sobre o tema.

O policial militar tem, na prática de sua profissão, que manter a ordem e garantir o bem-estar dos demais cidadãos. Para isso, esse se coloca na linha de frente em situações de alto risco e ameaçadoras para a integridade física e mental do indivíduo.

A prática de trabalho da Polícia Militar vai além do ambiente de trabalho e horário do trabalhador. Há uma sobreposição da profissão sobre o sujeito que, por sua vez, se torna um modelo e agente da corporação o tempo todo. E ainda se soma a esses fatores a dualidade e a contradição da visão da sociedade para com essa profissão. Já que, por um lado, de uma forma geral, a figura do policial é respeitada e julgada necessária na sociedade, por outro, temos uma ótica que julga e hostiliza esse profissional, não enxergando-o mais como uma pessoa com suas particularidades.

Todos esses pontos somados resultam na profissão PM como sendo muito estressante e constituída de possíveis eventos traumáticos para a pessoa.

Sendo o TEPT um transtorno que não pode ser mensurado de forma empírica, sua sintomatologia pode ser encontrada também em outras alterações mentais e tem uma natureza de desenvolvimento estritamente particular de cada sujeito, seu diagnóstico, para ser preciso, só se torna possível após uma série de investigações e intervenções clínicas.

É de suma importância que a profissão do policial militar seja repensada e vista sob uma ótica mais humanizada, para diminuir o sofrimento emocional e tornar o acompanhamento da saúde mental desses trabalhadores mais viável. Assim como estudos mais aprofundados sobre o TEPT na área da segurança pública, para que seja possível criar formas de prevenção e tratamento mais assertivas dentro da Polícia Militar.

## 6. REFERÊNCIAS

- ABREU, Thaís Cristina Alves. *et al.* Atenção integral à saúde do homem: adesão da polícia militar. **Revista de Enfermagem UFPE Online**, Recife, vol. 12, n. 10, pp. 2635-2642, out. 2018.
- AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** (5<sup>a</sup> ed.). Arlington, VA. American Psychiatric Publishing, (2013).
- AZEVEDO, Erika Ferreira. A polícia e suas polícias: clientela, hierarquia, soldado e bandido. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S. I.], vol. 37, n. 3, pp. 553-564, jul./set. 2017.
- BARNHILL, John W. **Transtorno de estresse pós-traumático (TEPT)**. Manual MSD, 2020. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/transtornos-psiquiaticos/ansiedade-e-transtornos-relacionados-a-estressores/transtorno-de-estresse-pós-traumático-tept>. Acesso em: 21/09/2021.
- CASSONI, Cynthia. **Estilos parentais e práticas educativas parentais: revisão sistemática e crítica de literatura**. Dissertação (Dissertação em psicologia) – USP. Ribeirão Preto. 2013.
- COSTA, Marcos. *et al.* Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. **Rev. Panam Salud Publica / Pan Am J Public Health**, [S. I.], vol. 21, n. 4, pp. 217-222, 2007.
- COUTO, Gleiber; VANDENBERGHE, Luc; BRITO, Emerson de Araujo Garro. Interações interpessoais e estresse entre policiais militares: um estudo correlacional. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, [S. I.], vol. 64, n. 2, pp. 47-63, 2012.
- DEJOURS, Christophe. **A Loucura Do Trabalho - Estudo De Psicopatologia Do Trabalho**. 6<sup>a</sup> edição, São Paulo: Editora Cortez, 2018.
- DORIGO, Júlia Nogueira; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. O transtorno de estresse pós-traumático nos contextos de trabalho: reflexões em torno de um caso clínico. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. I.], vol. 10, n. 1, pp. 55-73, 2007.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **As mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil em 2020**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/4-as-mortes-decorrentes-de-intervencao-policial-no-brasil-em-2020.pdf>. Acesso em: 28/09/2021.
- FREITAS, Maria de Fátima Quintal; PERES, Marcos Roberto de Souza; FILHO, Valdir Goedert. Dimensões da prática cotidiana e (des)humanização do policial militar. **Psicologia da Educação**, São Paulo, vol. 41, pp. 51-64, 2015.
- FREUD, Sigmund. **Introdução à psicanálise e as neuroses de guerra** (1919). Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Simund Freud, 17).
- GUEDES, Hannah Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes; HIRSCHLE, Ana Lúcia Teixeira. Trabalho emocional e engajamento no trabalho em policiais militares: mediação da identidade profissional. **Estudos de Psicologia**, [S. I.], vol. 25, n. 1, pp. 69-79, jan./mar. 2020.
- KAPCZINSKI, Flávio; MARGIS, Regina. Transtorno de Estresse Pós-Traumático: critérios diagnósticos. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, [S. I.], vol. 25, (Supl I), pp. 3-7, 2003.

KEGLER, Paula; MACEDO, Mônica Medeiros Kother. Trabalho e aposentadoria militar: singularidades de uma travessia psíquica. **Psico-USF**, Bragança Paulista, vol. 20, n. 1, pp. 25-38, jan./abr. 2015.

LIMA, Eduardo de Paula; ASSUNÇÃO, Ada Ávila; BARRETO, Sandhi Maria. Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) em Bombeiros de Belo Horizonte, Brasil: Prevalência e Fatores Ocupacionais Associados. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, vol. 31, n. 2, pp. 279-288, abr./jun. 2015.

LIPP, Marilda. Novais; MALAGRIS, Lúcia. Emanuel. Novais. **O stress emocional e seu tratamento. Psicoterapias cognitivo-comportamentais: Um diálogo com a psiquiatria**, 2ª edição, Porto Alegre: Artmed, pp. 475-490, 2001.

LOPES, Eliza Maura de Castilho; LEITE, Lucia Pereira. Deficiência adquirida no trabalho em policiais militares: significados e sentidos. **Psicologia & Sociedade**, [S. I.], vol. 27, n. 3, 668-677, 2015.

MENANDRO, Paulo Rogério Meira; SOUZA, Lídio. O cidadão policial militar e sua visão da relação polícia-sociedade. **Psicologia USP**, São Paulo, vol. 7, n. 1/2, pp. 133-141, 1996.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Caderno técnico de tratamento do Transtorno de Estresse Pós-Traumático-TEPT**. Disponível em: caderno-tecnico-de-tratamento-do-transtorno-de-estresse-pos-traumatico-tept.pdf. Acesso em: 17/09/2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE/BRASIL. Doenças relacionadas ao trabalho - Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde, **Série A. Normas e Manuais Técnicos**; n. 114, Brasília-DF, 2001.

MORAES, Fernando Alves. **Não consigo respirar**. DefesaNet, 2020. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/pm/noticia/37502/-POEMA---Nao-consigo-respirar/>. Acesso em: 02/11/2021.

MOREIRA, Fernanda Haikal. *et al.* De elemento a cidadão: transformações no cotidiano do trabalho do policial militar. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. I.], vol. 2, n. 1, pp. 25-38, 1999.

MOURA, Geórgia de Oliveira; ALCHIERI, João Carlos; LUCENA, Marianna Carla Maia Dantas. Expressão de indicadores de Transtorno de Estresse Pós-Traumático em bombeiros. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 34, n. 86, pp. 139-150, 2014.

NASCIMENTO, Thiago Gomes; NASCIMENTO, Daniele Alcântara. Estudo da identidade profissional na polícia militar do Distrito Federal. **Revista Ordem Pública**, [S. I.], vol. 2, n. 1, pp. 2-19, 2009.

OLIVEIRA, Paloma Lago Marques; BARDAGI, Marúcia Patta. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. **Boletim de Psicologia**, [S. I.], vol. LIX, n. 131, pp. 153-166, 2010.

OLIVEIRA, Thamires Sousa; FAIMAN, Carla Júlia Segre. Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, [S. I.], vol. 19, n. 2, pp. 607-615, abr./jun., 2019.

PEDRAS, Susana; PEREIRA, Maria da Graça. Experiências Adversas, Trauma, TEPT e Comportamentos de Risco na População e em Veteranos de Guerra. **Temas em Psicologia**, [S. I.], vol. 21, n. 1, pp. 139-150, 2013.

QUIRINO, Evelyn Maria Braga. Absenteísmo por doença em um batalhão de polícia militar. **Revista Enfermagem Digital Cuidado e Promoção da Saúde**, [S. I.], vol. 4, n. 2, pp. 99-104, jul./dez. 2019.

REIS, Ana Maria; CARVALHO, Lucas de Francisco. Traços patológicos da personalidade como preditores do Transtorno de Estresse Pós-Traumático-TEPT. **Psicologia em Pesquisa**, [S. I.], vol. 10, n. 2, pp. 85-92, jul./dez. 2016.

SILVA, Crislorane Alves; BRANQUINHO, Lenine Monteiro. A construção da identidade de policiais ao longo da carreira: sua perspectiva e a visão do seu núcleo familiar. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, [S. I.], vol. 11, n. 1, pp. 125-132, 2018.